



A memória islâmica no século XVI: patrimônio documental

Lucas Emanuel Rocha Vicente, lucas.vicente@ufv.br

Thiago Henrique Mota Silva, thiago.mota@ufv.br

Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania-

Departamento de História - Universidade Federal de Viçosa

História, Patrimônio Documental, Memória do Islã

Introdução

Essa pesquisa pretende resgatar a memória islâmica em caráter global no século XVI a partir da Inquisição portuguesa. Buscando observar e compreender a vivência religiosa muçulmana de sujeitos de diferentes culturas enquanto memória da experiência humana a partir do exercício de identificação dos processos inquisitoriais enquanto patrimônio documental. (PEREIRA FILHO, 2018) A escolha dos processos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo/ANTT considera os inquiridos vindos das regiões do Senegal, Gâmbia, Marrocos, Península Ibérica e Índia significando a memória islâmica desse século enquanto “memória do mundo” e seu escopo enquanto patrimônio documental. Ao se entender a memória do mundo enquanto memória dos povos que é coletiva e documentada se faz importante ler os processos contra muçulmanos nos moldes de reconhecimento da política de patrimônio documental da UNESCO.

Objetivos

O trabalho tem por objetivo principal resgatar em caráter global a memória islâmica do século XVI além de compreender a complexidade do islã quando se conjuga cor e origem e enquadrar os processos contra muçulmanos como patrimônio documental.

Material e Métodos

Para se alcançar os objetivos propostos se opta por inicialmente identificar a influência essencial dessas fontes na memória da vivência muçulmana. Seguido da utilização da metodologia crítico comparativa para se entender a relação dos aspectos europeus, africanos e asiáticos presentes na trajetória dos processados e conseqüentemente do islã que eles professam. Finalmente se utilizará dos crivos da política do patrimônio documental para se concluir o alcance dos objetivos do trabalho e da comunicação do mesmo.

Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa ainda são iniciais. Se identificou um total de 272 processos da Inquisição de Lisboa contra muçulmanos dos quais 44 já tiveram levantados alguns dados básicos como o nome, as datas de produção do documento, o estatuto social, a idade, cargos, funções, atividades, naturalidade, morada, data da prisão e sentença. E 10 já passaram por uma leitura mais profunda que se permitiu a identificação das práticas islâmicas em específico como o caso de Antônio Fernandes cativo de Vasques Anes Corte Real que era negro Jalofo e questiona a divindade de Jesus, o cálice, a hóstia e o crucifixo.

Conclusões

Os processos contra muçulmanos podem ser fonte muito rica para se resgatar a memória dessa minoria num contexto moderno cristão. A crítica da fonte e os cuidados metodológicos ao se trabalhar com história e memória são de suma importância para o trabalho historiográfico e para se encontrar as respostas para os problemas desenvolvidos.

Bibliografia

GINZBURG, Carlo: "O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações" in: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa, Difel, 1989.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. **Memórias em disputa: A UNESCO e a patrimonialização de acervos documentais**. 2018. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RIBAS, Rogerio de Oliveira. **O Islam na diáspora: crenças mouriscas em Portugal nas fontes inquisitoriais quinhentistas**. Revista Tempo, Rio de Janeiro, v. 6, n.11, p. 45-65, 2001.